



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

**CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**69ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

1  
2  
3 A sexagésima nona reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no  
4 auditório da da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, Rua Duque  
5 de Caxias, hum mil, seiscentos e noventa e um, Porto Alegre-RS, no dia doze de dezembro  
6 do ano de dois mil e doze, às quatorze horas. **Compareceram** os conselheiros: Thiago  
7 Krebs, Secretária de Estado - SEMA – Presidência; José Mendel - SOP – vice-presidência -  
8 representante; Joel Lubianca, Secretaria dos Transportes – SEINFRA - representante;  
9 Margarete Vasata, Secretaria do Planejamento – SEPLAG – representante; Julce Clara da  
10 Silva, Secretaria da Saúde – representante; Marco Aurélio Franceschi, SEDAI –  
11 representante; Carlos Alberto Prade, Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento  
12 Tecnológico - CIENTEC – representante; Tarso Isaia, Sistema Nacional de Meio Ambiente,  
13 representante; Tânia Zoppas, Comitê Caí – suplente; Renato Zenker, Comitê Camaquã,  
14 titular; Daniel Schmitz, Comitê Taquari-Antas – titular; Claud Ivan Goellner, Comitê Alto  
15 Jacuí - titular. **Ausentes:** Secretaria da Agricultura – SEAPA, Secretaria Especial para  
16 Assuntos da Casa Civil. **Ausência Justificada:** Adilson João Steffen, Comitê Turvo - Santa  
17 Rosa - Santo Cristo, Paulo Samuel, Comitê Gravataí, Sistema Nacional de Recursos  
18 Hídricos. **Demais:** Mariza Beck, Comitê Ibicuí; Thiago Brasil Loch, DRH/SEMA; Carlos  
19 Gabriel Nunes dos Santos, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo -  
20 SDR; Josiane Gomes, Engeplus; Camila Reis Oliveira, CIENTEC; Fátima Warth, CORSAN;  
21 Ricardo Almeida, CORSAN; Carlos Heine, CORSAN; Mário Rangel, Comitê Gravataí;  
22 Juliana Christmann, STE; Chaiana Teixeira, STE; Diego Carrillo, FEPAM; Antônio Thomé,  
23 INFRA-GEO; Rafael Erling, DRH/SEMA; Guilherme Barbosa, SEHABS; Arno Kayser, Comitê  
24 Sinos; Lourenço Corrêa, Carmem Lúcia da Silva e Margarete Willers Bremm, Secretaria  
25 Executiva do CRH/SEMA. **Presidente Thiago Krebs** abriu a reunião saudando a todos.  
26 **Comunicações – Lourenço Corrêa – Secretário Executivo do CRH:** Boa tarde a todos,  
27 só um lembrete: como alguns conselheiros tem mais compromissos hoje a tarde, pedimos  
28 que quem quiser se manifestar, favor se inscrever, para dar uma dinâmica maior ao nosso  
29 trabalho, conforme regimento interno do CRH. **Secretária Adjunta Carmem Silva:**  
30 recebemos a justificativa de ausência nesta reunião do conselheiro Paulo Samuel do Comitê  
31 Gravataí, Adilson Steffen do Comitê Turvo – Santa Rosa – Santo Cristo e o Geólogo José  
32 Mendel está representando a Secretaria de Obras. **Presidente Thiago Krebs:** por  
33 solicitação do Secretário Hélio Corbellini, o ponto dois da pauta, que é a respeito do parecer  
34 jurídico sobre a diretoria dos comitês, ele gostaria particularmente de fazer esse debate  
35 junto ao conselho. Ele está impedido de estar aqui hoje e solicitou a retirada desse ponto de  
36 pauta pra que na próxima reunião pudesse ser debatido. Também solicitamos uma inclusão  
37 de pauta, que é um assunto não idêntico, mas próximo, que foi pra Câmara Técnica de  
38 Assuntos Jurídicos, que diz respeito à representatividade das funções de Presidente e Vice  
39 dos comitês de bacia, inclusive a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos fez um esforço pra  
40 que pudesse vir ainda nesta reunião. A CTIJ teve uma reunião extraordinária, em virtude de  
41 um pedido de vistas e nós gostaríamos de incluir por entendermos que é um assunto que  
42 poderá vir a trazer certa dificuldade na virada de ano. Vamos colocar em votação a retirada  
43 do ponto dois da pauta. Aprovado por unanimidade. Colocamos em votação a inclusão do  
44 parecer jurídico da representatividade dos presidentes e vices dos comitês. Aprovado por  
45 unanimidade. **Item 01 - Aprovação da Ata da 68ª Reunião Ordinária do CRH. Secretária**  
46 **Executiva Adjunta Carmem Silva:** recebemos a manifestação da Verushka do Comitê  
47 Pardo, sobre algumas correções ortográficas, o que já foi corrigido e não houve outras  
48 manifestações. Aprovada a ata por unanimidade. **Item 03 – Expediente Administrativo nº.**  
49 **014373-0500/12-8 – Cronograma de Reuniões do CRH/RS, para 2013 – Presidente**  
50 **Thiago Krebs:** todos receberam o cronograma, alguém teria alguma colocação a fazer? No  
51 cronograma de reuniões não foi ainda incluído, não será dentro da lógica de uma reunião  
52 ordinária, mas estamos trabalhando, para ainda no ano de 2013, termos a oportunidade de  
53 assuntos comuns, haver uma reunião conjunta do CRH com o Consema. Não será logo no



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

54 início do ano, estamos preparando o processo pra temas comuns poderem ser debatidos de  
55 forma mais ampla. Colocou em votação. Aprovado por unanimidade. **Item 04 – Expediente**  
56 **Administrativo nº. 13105-0500/12-7 – Deliberação CBHSINOS 027/2012 – Estabelece**  
57 **critérios para a operação dos Sistemas de bombeamento de água para irrigação na**  
58 **bacia do rio dos Sinos: Secretário Executivo Lourenço Corrêa:** todo ano tem esse  
59 debate sobre o sistema de bombeamento de água para irrigação do rio dos Sinos, quando  
60 as réguas chegam a um ponto crítico e são suspensos os bombeamentos ou as medidas de  
61 ajuste que são feitas na bacia. Serão feitas vistorias sobre essas réguas de medição da  
62 vazão na Bacia do Rio dos Sinos. São três pontos e serão refeitas essas medições para  
63 colocar as três no mesmo padrão altimétrico, para futuramente adquirirem um padrão  
64 conforme a ANA, mas a princípio agora estaríamos votando a favor da manutenção desse  
65 sistema como está, até esse próprio sistema ser modificado através dessas medições que  
66 ainda não foram realizadas. Nosso Diretor, Marco Mendonça, já fez suspensões do regime  
67 de bombeamento ao longo desse mês, com base nessa aprovação. Presidente Thiago  
68 Krebs colocou em votação. Aprovado por unanimidade. **Item 05 – Expediente**  
69 **Administrativo nº. 014047-0500/12-9 – Enquadramento das Águas Superficiais da**  
70 **Bacia Hidrográfica do Alto Jacuí: Claud Ivan Goellner – Presidente do Comitê Alto**  
71 **Jacuí:** Boa tarde a todos. Estamos aqui formalizando a apresentação da nossa minuta do  
72 processo de enquadramento da bacia do Alto Jacuí, que envolve quarenta e um municípios,  
73 uma bacia relativamente pequena, em torno de 14.000Km<sup>2</sup>, processo esse que se iniciou há  
74 dois anos atrás e teve como vencedora do contrato de licitação a Engeplus, Empresa de  
75 Engenharia aqui de Porto Alegre. Esse processo se deu de uma forma bastante tranquila e  
76 produtiva com ampla participação social, culminando com quatorze reuniões em todo o  
77 processo e deverá ser feita uma apresentação pela Josiane, que é a coordenadora por parte  
78 da empresa vencedora do processo e para finalizar não podia deixar de agradecer a  
79 participação bastante efetiva e decisiva do Rafael Caruso e do Tiago Loch, por parte do  
80 DRH/SEMA e também agradecer aos colegas da FEPAM, a Ana Mastrascusa e a Maria  
81 Salete Cobalchini, que fizeram parte da comissão de acompanhamento de todo processo de  
82 enquadramento. **Engenheira Josiane Gomes - Engeplus:** boa tarde a todos. O processo  
83 de enquadramento do Alto Jacuí começou em dezembro de 2010, foi desenvolvido num  
84 quadro de vinte e dois meses, com um total que quatorze reuniões e foi concluído no início  
85 de novembro de 2012, tendo dois aditivos contratuais. Teve uma participação entre FEPAM,  
86 Metroplan e o próprio Coaju sob a realização da Sema e execução da Engeplus. O processo  
87 de planejamento foi composto pela etapa de diagnóstico, pelos cenários e a próxima etapa,  
88 vai ser a etapa C, que vai contemplar o programa de ações. Então a etapa do processo  
89 contemplou as atividades preliminares onde foram buscadas as informações da bacia, o que  
90 já tinha de informações, foi feita toda revisão hidrográfica pra embasar esse processo de  
91 planejamento. Com base nisso fizemos um diagnóstico pra saber o que se tinha na bacia,  
92 quanta água, qual a disponibilidade, pra saber que uso estava se fazendo da água, tem que  
93 fazer o balanço hídrico pra posteriormente se poder fazer o enquadramento e ter um  
94 relatório final. Dessas atividades, primeiramente fizemos um plano de trabalho, um relatório  
95 e na primeira apresentação deste foram definidas as variáveis que iam ser estudadas, se  
96 definiu as unidades de planejamento e gestão que foi feito individual na bacia e tudo isso foi  
97 alvo de uma primeira apresentação. Foram identificadas e consolidadas as informações  
98 existentes na bacia também por intermédio de um relatório, onde se apresentou um plano  
99 de mobilização social, que foi alvo também de uma próxima apresentação. Também se  
100 obtiveram as informações complementares antes de fazer o diagnóstico que foi alvo de um  
101 próximo relatório que também foi alvo de uma apresentação. O próximo passo foi elaborar o  
102 diagnóstico, consolidá-lo, isso foi alvo de um próximo relatório, que foi o RT3 (relatório  
103 técnico três) e tiveram três apresentações desse relatório. Tiveram apresentações parciais  
104 que foi o primeiro produto apresentado, que foi o uso e ocupação do solo, se teve um  
105 próximo produto que foi apresentado em Passo Fundo e depois se fez uma revisão da  
106 qualidade da água e se apresentou em Ibirubá. A próxima etapa foi fazer a definição da



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

107 vazão de referência, porque conforme a resolução CONAMA, os estudos tem que ser feitos  
108 com base vazão de referência, então se definiu essa vazão de referência e se levou isso pra  
109 plenária do comitê, se fez essa votação de que vazão de referência eles queriam, para com  
110 base nisso se fazer a mobilização social, apresentar os resultados do RT3 e se fazer a  
111 manifestação dos usos, ou seja, o que a população queria de uso pras águas da bacia, para  
112 com base nisso se fazer e proposta de enquadramento. Isso foi composto de quatro  
113 reuniões na bacia em cinco de dois mil e doze. Com base nisso foram elaboradas propostas  
114 de enquadramento e essas propostas foram levadas para plenária do comitê. Depois teve  
115 um retorno para a população da bacia pra que ela pudesse se manifestar e verificar se  
116 aquilo que a plenária votou, como sendo a proposta de enquadramento, realmente batia  
117 com o que a população queria. A população concordou com a decisão da plenária do  
118 comitê. Após isso foram apresentados os cenários, tudo isso foi apresentado e foi definido  
119 como o relatório quatro, foram elaborados os cenários com base nessa proposta de  
120 enquadramento e já se sabia a qualidade da água, onde eu quero chegar e com base nisso,  
121 com as metas intermediárias, quais são os cenários de enquadramento e isso foi  
122 apresentado no relatório cinco. Com base nesses dados foi feito um encarte e uma  
123 apresentação final. Temos aqui alguns dados: é uma bacia relativamente pequena,  
124 localizada no centro norte do estado, com quarenta e um municípios, tem uma característica  
125 agrícola, com mais de cinquenta por cento de área cultivada e com trinta e quatro por cento  
126 de vegetação nativa, com destaque para soja, milho e trigo, como uma característica comum  
127 aqui no Rio Grande do Sul. Foram cinco unidades de planejamento e gestão distribuídas de  
128 acordo com os cursos de água da região, com características de forma a distribuir de modo  
129 mais ou menos homogêneo. Temos aqui a distribuição dos municípios da bacia e a  
130 distribuição das unidades de planejamento e gestão, de acordo com os cursos d'água e as  
131 vias de acesso. De acordo com os usos tivemos uma distribuição, pesca esportiva na bacia,  
132 é uma bacia que tem um destaque na geração de energia onde tem o maior complexo  
133 energético do estado, com destaque pro sistema Jacuí, com o Passo Real, que é a maior  
134 geração do estado. Tem também a questão da mineração com a extração de Ágata e  
135 Calcedônia e vinte por cento para a construção civil com a maior parte da extração pras  
136 prefeituras municipais. Tem a questão do lazer com balneários, camping, parques aquáticos  
137 e cascatas e temos um problema que não deixa de ser geral em outras bacias do estado,  
138 que seria o Cadastro destas atividades, que faz falta nas bacias hidrográficas, porque é um  
139 uso não consuntivo, mas esse cadastro faz falta na hora de fazer os planos de bacia, porque  
140 acaba refletindo no resultado final. Temos os usos consuntivos onde que foi verificado a  
141 indústria utiliza sessenta e um por cento da água subterrânea. Depois vem a questão da  
142 apicultura, abastecimento público, que também utiliza a maior parte na bacia subterrânea, a  
143 criação de animais onde a maior parte da água utilizada é para criação de aves e a questão  
144 da irrigação, utilizando mais de setenta e seis por cento da água da bacia, sendo que quinze  
145 por cento é dessedentação animal e cinco por cento para abastecimento público. Podemos  
146 verificar que essa bacia é basicamente agricultura e pecuária, ou seja, cerca de noventa por  
147 cento da água da bacia é para agropecuária. A maior parte da água da bacia é do Rio Jacuí,  
148 depois o Jacuizinho, Irai e do Jacuí Mirim. No balanço hídrico verificou-se que no mês de  
149 maior demanda da vazão de referência, verificamos que a distribuição naqueles locais onde  
150 tem a questão da irrigação, foi identificada justamente pela questão pecuária, e quando se  
151 traz isso para o mês de maior consumo, se verificou que a questão da irrigação é o que  
152 maior impacta a questão da água na bacia. Com relação à qualidade da água, foi seguida  
153 basicamente a resolução Conama 357 pra se chegar depois na proposta de  
154 enquadramento, seguimos de acordo com as classes de uso, das mais nobres para as  
155 menos nobres. Foram utilizados sessenta pontos de monitoramento, disponibilizados pela  
156 Fepam, CEE, pelas geradoras de energia que são a Eletrocar, a Coprel, pela Corsan  
157 também e a empresa também fez análise de qualidade de água, ou seja, utilizou pontos  
158 complementares. As unidades de planejamento e gestão foram subdivididas em unidades  
159 de diagnóstico, de acordo com o trecho homogêneo, digamos assim, pra que se fizessem



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

160 esses pontos complementares. De acordo com essas principais fontes poluidoras  
161 identificadas na bacia, que nós chamamos de unidade diagnóstica, foi feito por intermédio  
162 de modelagem de qualidade da água com um programa denominado QUAL2K-W que seria  
163 a partir de QUAL2K. Na maioria dos pontos foi identificado classe um, só que teve alteração  
164 de alguns parâmetros que teriam sido a DBO, os coliformes termotolerantes, o fósforo e  
165 alguns metais. A qualidade final da água foi considerada a pior classe, considerando os  
166 parâmetros DBO e coliformes termotolerantes. Alguns trechos deram classe quatro, outros  
167 deram classe três, outros classe dois e outros deram classe um. Aqui temos os parâmetros  
168 críticos: os coliformes, a DBO, o fósforo e o nitrogênio amoniacal do oxigênio, todos deram  
169 classe um. A qualidade final, considerando todos os parâmetros, teria dado classe quatro,  
170 três, dois, de uma forma geral. Então o enquadramento seria a meta a ser atingida, a  
171 qualidade que temos agora e qual é a meta que pretendemos. De acordo com as consultas  
172 públicas, os usos mais votados foram a Irrigação, dessedentação animal e o abastecimento  
173 para consumo humano, ou seja, bem de acordo com as características da bacia, o que  
174 ressalta que aquilo que nós colocamos no diagnóstico estava correto e a população  
175 realmente quer que os usos sejam mantidos na bacia, ou seja, que os usos que elas fazem  
176 continuem sendo assegurados. A proposta de enquadramento levou em consideração o que  
177 a população quer, o que a resolução permite, ou seja, que os usos atuais da qualidade da  
178 água não sejam piorados e também o que o comitê manifestou. Podemos verificar aqui na  
179 unidade de planejamento nascente do Jacuí, no curso d'água principal seria classe dois, no  
180 Arroio Espreado classe um. Na segunda unidade de planejamento no curso d'água classe  
181 um, no Arroio Butiá classe dois, no rio Colorado classe dois, no reservatório Passo Real  
182 classe dois, no rio Ingaí classe dois, no Lajeado da Cruz classe um, no Jacuí Mirim classe  
183 um, no rio dos Caixões classe dois, no Arroio Carijinho classe um, nesse trecho do Jacuí  
184 classe um, no rio Ivaí classe dois num trecho e classe um em outro trecho. Então essa seria  
185 a proposta de enquadramento. Nessa proposta foram consideradas as unidades de  
186 conservação, as terras indígenas e os trechos de abastecimento. Nesse trecho do rio Jacuí  
187 tem uma unidade de conservação, então no trecho que é limítrofe à terra indígena seria todo  
188 classe um. Tem uma unidade de conservação que colocamos na resolução, que se tiverem  
189 trechos d'água dentro da reserva indígena, que sejam classe especial, só que nessa escala  
190 de trabalho não aparecem cursos de água, a escala de trabalho do plano de bacia não  
191 prevê levantamentos de campo, mas mesmo assim colocamos por segurança, de acordo  
192 com a resolução Conama. Mas de acordo com os pontos de qualidade da água, de acordo  
193 com as unidades de diagnóstico, com os resultados, com a proposta de enquadramento que  
194 foi definida, essa é a proposta que estamos trazendo, a Bacia do Alto Jacuí classe dois e  
195 classe um de acordo com o que vocês estão verificando. **Guilherme Barbosa:** qual o prazo  
196 entre uma fase e outra? **Rafael Erling:** o relatório trabalha em todas as questões de  
197 enquadramento num horizonte de dez a vinte anos, então o horizonte de atingimento das  
198 metas de enquadramento é de vinte anos, a partir de agora e com as metas intermediárias  
199 em dez anos. Isso está escrito no texto da resolução, com as datas de prazo, a tabela das  
200 metas intermediárias e o final do enquadramento. **Guilherme Barbosa:** os mananciais  
201 passar de classe quatro pra classe dois, isso vai ser em dez anos? **Rafael Erling:** Isso vai  
202 ser gradualmente, classe três em dez anos e classe dois em mais dez anos, totalizando  
203 vinte anos. **Tânia Zoppas:** quando foi feito o enquadramento do Caí nós adotamos a vazão  
204 Q95, mas estamos vendo que se está usando muito a Q90, isso é uma tendência ou  
205 continua sendo o comitê que define? **Rafael Erling:** atualmente esta decisão está ficando a  
206 caráter do comitê, a discussão é colocada dentro do processo de planejamento, é explicado  
207 ao comitê a diferença entre as várias possíveis vazões de referência e fica a critério do  
208 comitê. Como o DRH atualmente não tem um padrão para o estado como um todo estamos  
209 agindo dessa forma. Então onde se está numa situação mais confortável e o comitê opta por  
210 um critério mais rigoroso, ele usa a Q95 e onde o comitê opta por uma vazão um pouco  
211 menos rigorosa, usa a Q90, lembrando que ainda é um critério bem rigoroso. **Diego**  
212 **Carrillo:** a resolução que tinha antigamente tratava do enquadramento pela resolução 20



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

213 falava que a vazão de referência era a Q 7,10, através da resolução 357 se definiu que a  
214 vazão de referência acaba sendo escolhida por cada comitê. Uma coisa importante é que  
215 essa vazão de referência está associada a um valor hidrológico e estatístico, por exemplo, a  
216 Q95 significa que a vazão é igualada ou superada 95% do tempo, isso significa que 5% do  
217 tempo a água está com padrão de qualidade pior do que a que foi planejada. Se a vazão de  
218 referência for igual a Q90, significa que 90% a água vai estar numa fase pior. Daí  
219 entendemos que tem algumas atividades econômicas ligadas a determinadas bacias que  
220 suportam muito bem ficar 10% do tempo com a qualidade de água pior do que eles  
221 esperam. O Ibicuí, por exemplo, que a densidade de ocupação é muito inferior. Agora se na  
222 bacia do Caí, que é uma bacia densamente povoada, ficar 10% do tempo com a qualidade  
223 da água pior, isso pode ser insuportável para aquela população. Então essa é uma decisão  
224 que o comitê tem que tomar, não é o técnico sentado lá no seu escritório. Pra vocês terem  
225 uma idéia, a bacia do Gravataí escolheu como vazão de referência a Q85. Eles já estão tão  
226 acostumados, a situação do Gravataí é tão dramática e inclusive seria impraticável que a  
227 vazão de referência fosse outra. **Presidente Thiago Krebs:** colocamos em votação a  
228 proposta de enquadramento das águas superficiais da bacia do Alto Jacuí. Aprovado por  
229 todos. **Item 06 – Expediente Administrativo nº 14280-0500/12-3 – Enquadramento das**  
230 **Águas Superficiais da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas - Daniel Schmitz:** boa tarde  
231 Secretário, boa tarde a todos. Estamos trazendo hoje o resultado de um trabalho de vinte e  
232 quatro meses, que encerraram no mês de setembro desse ano, que culminou com a  
233 construção das etapas A e B do nosso plano de bacia, do qual temos o enquadramento.  
234 Esse enquadramento pra nós foi um exercício bastante complexo em virtude do tamanho da  
235 bacia e suas características, uma bacia de 26.500 Km<sup>2</sup>, 119 municípios e com uma variação  
236 de ocupação, desenvolvimento e cultura muito distinta, desde os Campos em Cima da  
237 Serra, passando pela Serra Gaúcha, pra região dos Vales e chegando no município de  
238 Triunfo. Então o exercício de mobilização social foi o maior desafio que tivemos pra  
239 conseguir atender as necessidades técnicas da empresa STE, que tão bravamente buscou  
240 desenvolver as atividades e a equipe está de parabéns, porque requeria no momento uma  
241 certa desenvoltura técnica que fosse assim, de exercício pra conseguir atingir toda a bacia  
242 hidrográfica. Foi uma construção trabalhosa, mas teve muito bons resultados, pelo menos  
243 no conceito da plenária da bacia. Quero agradecer da mesma forma que o professor Claud  
244 fez, agradecer aos participantes como um todo, não só a empresa que citei, mas os  
245 organismos, as entidades do Governo que fazem parte da comissão de acompanhamento, o  
246 Tiago do DRH, que esteve constantemente lá, a Secretaria de Irrigação, também presente  
247 na pessoa do Paim que coordenava nossos trabalhos; da mesma forma a Metroplan e a  
248 Fepam que colaboraram para que tivéssemos o melhor resultado possível. **ChaianaTeixeira**  
249 **Engenheira da STE** - boa tarde a todos, sou Chaiana da STE e vim aqui trazer pra vocês  
250 dados referentes à nota técnica que encaminhamos ao CRH, por meio do DRH. Nosso  
251 contrato contemplava as etapas A e B, foram 720 dias de contrato, que tivemos a  
252 necessidade de prorrogar por mais 30 dias, em função das entregas do relatório. Nosso  
253 contrato encerrava no início de outubro e a plenária de enquadramento foi na última sexta-  
254 feira de setembro, por isso tivemos que ter um tempinho a mais para finalizar todos os  
255 produtos a serem entregues. Tivemos o plano de trabalho consolidado como primeiro  
256 produto, na sequência o RT1 (relatório técnico), RT2 e o RT3, que contemplavam a etapa A  
257 do nosso contrato, que era o diagnóstico e o prognóstico. O RT4 e o RT5 já contemplavam a  
258 etapa B onde apresentávamos os cenários futuros e o enquadramento. As unidades de  
259 gestão foi o primeiro trabalho que conseguimos deliberar junto ao comitê, como o Presidente  
260 Daniel já colocou, nossa bacia agora é composta por 119 municípios, agora com a inclusão  
261 de Pinto Bandeira. Foi um trabalho muito complicado, com uma população de cerca de um  
262 milhão, duzentos e cinquenta mil habitantes, sendo 77% da população em área urbana.  
263 Tivemos que dividir em sete unidades de gestão, onde a própria plenária deliberou sobre  
264 essas unidades. Teve um pouquinho de discussão porque o pessoal lá queria dividir a bacia  
265 entre o Taquari e o Antas, mas deu tudo certo. Para um detalhamento maior do trabalho,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

266 principalmente pra questão da modelagem geográfica, sete unidades de gestão foram  
267 divididas em trinta e duas sub bacias hidrográficas. Foi trabalhado junto à plenária da bacia,  
268 onde se iniciou lá no plano de trabalho, com cursos de contextualização, pra o pessoal já ir  
269 se apropriando desses conceitos e ficando um pouquinho mais acostumado com essa idéia  
270 de como seria de fato o enquadramento. Trabalhamos com as classes do Conama que vai  
271 desde a classe especial até a classe quatro e esses foram os usos não contemplados no  
272 Conama, onde a população que pode fazer manifestação das intenções de uso pode aplicar  
273 além das que já estavam previstas no Conama. Então foi geração de energia, lançamento  
274 de esgoto e efluentes, mineração, preservação dos movimentos naturais e abastecimento  
275 industrial. As consultas públicas representaram uma ocasião que foi de ampla consulta a  
276 sociedade, principalmente porque era muito tão difícil tentar contemplar a população da  
277 bacia. Foi um processo conduzido principalmente por intermédio do comitê, que oportunizou  
278 a manifestação dessas intenções futuras e também a construção da proposta de  
279 enquadramento conforme disposto na resolução 357. Tivemos uma certa dificuldade em  
280 escolher os locais, então teve uma grande conversa, principalmente com a comissão de  
281 acompanhamento, primeiramente das propostas, que foram trazidas a comissão de  
282 acompanhamento e depois deliberadas pela plenária do comitê, as cidades onde seriam  
283 feitas as consultas públicas, que foi Lajeado, Guaporé, Bento Gonçalves, Vacaria e Caxias  
284 do Sul . A primeira rodada aconteceu em início de abril de 2012 e a segunda rodada  
285 conseguimos realizar em julho de 2012, na primeira e na segunda semanas de julho. A  
286 primeira consulta pública foi em Lajeado, em oito de março, a segunda em Guaporé, em  
287 quinze de março, a terceira em Bento Gonçalves, em vinte e dois de março, a quarta em  
288 Vacaria, em vinte e nove de março e a quinta consulta em Caxias do Sul, no dia doze de  
289 abril. Tentamos distribuir as consultas públicas ao longo de toda a bacia, onde tivemos um  
290 resultado de público presente de novecentos e noventa pessoas, um público votante de  
291 seiscentas pessoas e duas mil oitocentos e noventa e nove manifestações de intenção de  
292 uso, onde cada participante poderia escolher cinco usos e colocá-los onde ele escolheria ao  
293 longo de toda a bacia. Fizemos grupos temáticos, que foram trabalhos diferenciados que  
294 conseguimos realizar junto com o comitê, em função de, durante a etapa de diagnóstico,  
295 como a bacia era muito extensa e a dificuldade de fonte de dados dessa bacia, realizamos  
296 primeiramente um questionário, que foi enviado para todas as prefeituras municipais e eles  
297 tiveram a oportunidade de responder. A partir disso conseguimos agregar alguns dados  
298 mais contextualizados ao diagnóstico e posteriormente, quando entregamos o RT2, o comitê  
299 foi dividido em grupos temáticos: abastecimento público, esgotamento sanitário, geração de  
300 energia, produção rural, indústria, esporte, turismo e lazer, navegação e mineração,  
301 representantes da população e representantes do poder público. Cada grupo temático  
302 recebeu um caderno especial referente ao seu grupo temático e pode avaliar todos os dados  
303 técnicos apresentados pela consultora. Pra fortalecer e organizar todo esse trabalho que os  
304 grupos temáticos conseguiram realizar, nós incluímos uma manifestação de intenção de uso  
305 a partir dos grupos temáticos, onde cada um recebeu um mapa grande para que fosse  
306 espacializar as intenções de uso. Junto disso, eles entregaram pra consultora uma planilha  
307 ajuda, onde cada manifestação de uso e justificaram porque estavam colocando aquela  
308 intenção de uso. Então pudemos em cima disso fazer uma avaliação e trazer esses dados  
309 junto para o comitê, para validação do resultado final da consulta à população e a consulta  
310 junto ao próprio comitê de bacia. A primeira consulta pública foi realizada no início de abril,  
311 às dezenove horas, ela teve um ponto bem mais abrangente do que a segunda, que foi  
312 realizada no horário das quatorze horas e esse retorno foi diferenciado pela participação  
313 dessas pessoas, porque eram pessoas que estavam realmente interessadas em ouvir o  
314 resultado que a gente estava levando, ou seja, a maior parte da população deu retorno, os  
315 secretários de meio ambiente dos municípios, secretários de planejamento, todos que  
316 estavam envolvidos com a causa. Fomos bastante questionados, inclusive o Daniel que  
317 respondia boa parte das questões, percebemos que o pessoal estava bem empenhado  
318 nessa questão de recursos hídricos. Sobre a vazão de referência, nós começamos esse



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

319 trabalho com o comitê na plenária de abril, teve sequência na plenária de maio e só na  
320 plenária de junho o comitê se sentiu seguro e apropriado da questão da vazão de referência,  
321 pra poder optar pela Q95. Temos aqui um mapa com os dados referente a qualidade da  
322 água, as partes em vermelho são as classificadas em classe quatro, alguns laranjinhos ali  
323 no meio como classe três e classe dois os amarelinhos dispostos ali. Foram sessenta e três  
324 pontos de monitoramento, da mesma forma como o Alto Jacuí, nós utilizamos pontos de  
325 monitoramento da Corsan, da Fepam, das geradoras de energia e onze pontos de  
326 monitoramento feitos através da campanha do plano. Em algumas sub bacias excluindo o  
327 parâmetro fósforo, ele passa da classe quatro pra classe três. Então boa parte da bacia está  
328 como classe três e algumas sub bacias, em função do parâmetro fósforo, estavam na classe  
329 quatro, ele acabou indo pra classe um, em função de outros parâmetros estarem dentro da  
330 resolução Conama. A elaboração dessa proposta de enquadramento foi embasado nos  
331 resultados técnicos obtidos através da consolidação do diagnóstico, onde a partir disso  
332 planejamos estratégias de mobilização social. Os dados obtidos através da modelagem  
333 matemática da qualidade da água, na vazão Q95 e junto a essa modelagem de qualidade  
334 de água, da Q95 e dos usos consagrados, mais restritivos, no caso das sub bacias, onde  
335 optou-se por colocar alguns pontos identificados por mapeamento do uso do solo, que eram  
336 pontos de ladeira, onde a classe seria dois e alguns pontos onde tinha classe um, onde  
337 tinha a parte de cultura de morangos, hortaliças consumidas cruas, que conseguiram ser  
338 mapeados durante o uso do solo e as visitas a campo, mas boa parte dos usos consagrados  
339 em classe dois foram levantados a partir do uso do solo e através do contato das prefeituras  
340 e do retorno desse questionário, a gente conseguiu espacializar na bacia. No segundo  
341 momento teve a discussão por parte dos membros do comitê e da comissão de  
342 acompanhamento, após a apresentação da proposta de enquadramento por sub bacia,  
343 foram consideradas as sete etapas de gestão e as trinta e duas sub bacias que foram  
344 divididas a partir de critérios hidrográficos. Para construção dessa proposta de  
345 enquadramento utilizou-se a obtenção das informações técnicas do diagnóstico de  
346 ocupação do solo da bacia, o prognóstico dos usos e ocupação dos recursos hídricos da  
347 bacia. Esse prognóstico considerou os cenários do Plano Estadual de Recursos Hídricos do  
348 Rio Grande do Sul. A disponibilidade hídrica subsidiou a definição da vazão de referência e  
349 o próprio balanço hídrico. Sobre a qualidade das águas superficiais da bacia, utilizou-se  
350 essa vazão de referência questões de monitoramento, obtidas através de resultados da  
351 Fepam, do próprio plano, das geradoras de energia, Corsan e do Samae em Caxias do Sul.  
352 As manifestações das consultas públicas puderam consolidar essas obtenções de dados  
353 que foram apresentados a comissão de acompanhamento e posteriormente a plenária do  
354 comitê e algumas ações necessárias para alcançar as metas de enquadramento como a  
355 identificação e aplicação de medidas necessárias para o cumprimento dessa proposta de  
356 enquadramento. Utilizaram-se as metas de redução de carga constituinte modelada nessa  
357 vazão de referência a algumas ações estruturais e não estruturais para intervenções  
358 intermediárias, no cenário intermediário de enquadramento. Na plenária de agosto iniciou-se  
359 o pré-enquadramento. Temos aqui a proposta intermediária de enquadramento, como foi  
360 questionado antes, num cenário de dez anos, onde temos o enquadramento de todas as sub  
361 bacias em amarelo, a classe três que é toda parte do baixo Taquari-Antas e algumas sub  
362 bacias da unidade de gestão do Forqueta e a calha principal em classe um, toda parte do  
363 alto Taquari-Antas e algumas sub bacias de nível médio, a do São Marcos até a foz do São  
364 Marcos, posteriormente da foz do São Marcos em classe dois e da foz do rio Carrero até a  
365 foz do Guaporé com classe um. Como falei, da foz do Guaporé até a foz do Taquari é classe  
366 três. A definição de enquadramento que ocorreu em setembro de 2012, onde o comitê  
367 deliberou. Num período de vinte anos se pretende atingir no alto Taquari-Antas, no Prata e  
368 em duas sub bacias do médio Taquari-Antas, o alto Carrero e o alto Forqueta, classe um e o  
369 restante da bacia toda em classe dois. Como vemos aqui a calha principal, o Taquari e o  
370 Antas, classe um até a foz do rio São Marcos, classe dois até a foz do rio Carrera, classe um  
371 novamente da foz do rio Carrera até a foz do rio Guaporé e até o Taquari, classe dois.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

372 Colocamos aqui alguns próximos passos onde o comitê vai continuar trabalhando em  
373 algumas temáticas, como por exemplo: rios de classe especial, onde só foi contemplado um  
374 segmento muito pequeno, que não iam aparecer ali porque é numa unidade de  
375 conservação, são três segmentos. Sobre os rios de classe especial, o comitê foi subsidiado  
376 com mapa que contempla o cruzamento de todas informações referentes a manifestação de  
377 intenção de uso em classe especial oriunda das consultas públicas dos grupos temáticos,  
378 cruzado com o uso do solo, uso de geração de energia e alguns outros usos relevantes,  
379 onde eles vão estudar essa temática, acho que nos próximos dois anos vão continuar  
380 discutindo esse assunto. Alguns usos não contemplados pela resolução Conama, desses  
381 usos principalmente os referentes a geração de energia, que houve muitas manifestações  
382 nas consultas públicas referentes a esse tema e por ser um uso que não estaria  
383 contemplado na resolução do Conama, o comitê também vai continuar tratando desse  
384 assunto futuramente. Outros temas referentes principalmente a carga de fósforo e a carga  
385 orgânica, também vão continuar sendo estudados pelo comitê e o próprio Estado tem um  
386 projeto de estudar o fósforo para todas as bacias do Rio Grande do Sul. Vão continuar tendo  
387 discussões locais, regionais e estaduais para implementação dessas ações e algumas  
388 diretrizes pra gestão da bacia hidrográfica, onde tem a vontade de ter uma ampliação da  
389 rede de monitoramento, atendendo todas essas trinta e duas sub bacias, onde esses  
390 setenta e três pontos de monitoramento foram contemplados por boa parte da sub bacia do  
391 Taquari-Antas, com exceção de seis sub bacias que ficaram sem registro de nenhum ponto  
392 de monitoramento, os licenciamentos ambientais municipais e de cunho estadual, a  
393 interlocução com o sistema de meio ambiente e a interação dos planos municipais, regionais  
394 e estaduais e o cadastro de usuários da água. **Claud Goellner:** Só para entender a  
395 engenharia do negócio, vocês fizeram o enquadramento tirando o fósforo? **Chaiana**  
396 **Teixeira:** Sim, por opção do comitê se excluiu o parâmetro fósforo. **Claud Goellner:** Eu só  
397 pergunto pra fundamentar, porque a lógica diz que tem que identificar as fontes poluidoras,  
398 estabelecer os parâmetros mais rígidos e enquadrar, o fósforo pelo seguinte: está lá no  
399 ambiente, é uma realidade; aí vocês tiram, enquadram e informam Q95. Não seria mais  
400 lógico deixar o fósforo e pegar uma Q90 como vazão de referência? **Daniel Schmitz:** Por  
401 orientação da Fepam que está realizando estudos técnicos em torno da bacia do Taquari-  
402 Antas, onde os índices de fósforo são muito altos e a identificação dos limites de fósforo não  
403 são claras. Certamente tem fósforo antrópico, mas tem uma justificativa de que ele deva ser  
404 de grande quantidade natural. Então nós fizemos uma colocação considerando  
405 simplesmente o fósforo como um elemento que coloca as nossas águas na classificação  
406 classe quatro e já que é classe quatro, tudo pode e talvez não seja essa a classificação  
407 natural. O comitê entende que esse é um fator protecionista e como o fósforo não está claro,  
408 ele não foi retirado, fica dando uma atenção especial, tem um prazo dentro do plano de  
409 bacia, para uma comissão técnica, que vai ser colocado numa câmara técnica com Fepam e  
410 outros órgãos de pesquisa, se engajando nesse processo que está sendo feito com relação  
411 a origem do fósforo, para que se tenha uma resposta e segurança em dizer: qual é e que  
412 fósforo nós estamos falando, até para poder enquadrar melhor as nossas águas. Então essa  
413 foi a leitura, mas não é uma retirada do fósforo, ele foi destacado e vai ser tratado a parte  
414 dentro processo de enquadramento. A Q95 para uma condição de água muito utilizada, que  
415 tem regiões muito drenadas e pouca quantidade de água, a Q95 é uma medida clara que o  
416 comitê sinalizou para proteger os mananciais hídricos para que tenhamos água para as  
417 gerações futuras. Estamos falando em municípios muito densamente povoados e divisores  
418 de água. Quero destacar algumas questões: enquadramento de 32 sub bacias, nós  
419 precisamos de uma rede de monitoramento que não temos, precisamos cada vez mais  
420 colocar recursos para isso, até tomar a decisão, saber o que estamos decidindo dentro do  
421 processo de planejamento de uma bacia hidrográfica do tamanho de Caxias do Sul. Vou  
422 relatar o que aconteceu com o Arroio Marrecão. O Arroio Marrecão drena Garibaldi só que a  
423 análise do Arroio Marrecão foi tirada da foz, foz do Arroio Marrecão, como o rio das Antas é  
424 rio classe um a e sub bacia foi classificada como rio de classe um. Garibaldi vai tratar os



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

425 efluentes da sua cidade, que não trata, mas para lançar em rio de classe um e o que se  
426 muda disso? Vamos ter que pensar como Garibaldi vai fazer. Eles queriam se juntar e  
427 começar a fazer um monitoramento, Garibaldi quer monitorar o seu Arroio Marrecão, pra  
428 poder dizer: Peraí gente! Nós podemos avançar, podemos um dia chegar em classe um,  
429 mas não hoje ser classe um e não teve como. O comitê não entendeu dessa forma e nós  
430 estávamos estimulando a comunidade de Garibaldi, o município e os empresários a buscar  
431 um outro entendimento. O comitê está aberto a esse diálogo, ele sinalizou, escreveu sobre  
432 isso num novo monitoramento, uma sequência para que depois venha ao CRH, talvez com  
433 uma nova leitura, mas com informações mais próximas da realidade dele, fazendo um  
434 processo de construção que o plano de bacia, numa bacia desse tamanho com novecentos  
435 mil reais, não consegue fazer em hipótese alguma. Mas esse é o resultado que temos hoje.  
436 **Carlos Alberto Prade:** como é a primeira vez que eu participo da reunião, vou me  
437 apresentar, sou economista, funcionário da CIENTEC, minha colega Camila é química e  
438 representamos a Secretaria aqui neste conselho. Eu trabalhei muito tempo com o Canepa,  
439 que vocês conhecem, mas ele já se aposentou. Tenho uma dúvida nos documentos que li  
440 aqui sobre o Taquari-Antas. Na sub bacia do rio Camisas e do rio Tainha, a vazão Q95 que  
441 já foi bastante comentada e a explicação foi lógica, eu gostaria de saber que intervenções  
442 vão ser feitas para passar de classe quatro para classe um em vinte anos, com a  
443 classificação intermediária de dois, logicamente. **Diego Carrillo:** eu acompanhei esse  
444 processo, os planos de bacia são divididos em três fases, A, B, C e a fase de ações está  
445 contemplada na fase C. Me parece que esse contrato é só fase A e B, então talvez daí não  
446 tenham surgido as funções das ações pra chegar até essa partem, me corrijam se eu estiver  
447 errado. **Tiago Loch:** eu que acompanhei o plano, posso dizer, essa sub bacia especial do  
448 rio Camisas, quando nós recebemos o monitoramento da qualidade, foi identificado que o  
449 principal poluente, que estava afetando o quadro do rio era DBO. DBO na região é oriundo  
450 de uma papeleira que tem em Cambará. Essa papeleira já sofreu várias intervenções da  
451 Fepam, não foi adequada e a população local se manifestou para que fosse reaberta,  
452 mesmo sem adequação. Dentro da variação do plano, quais os parâmetros, qual a distância,  
453 qual a possibilidade de alcançar uma qualidade melhor, foi identificado que seria viável do  
454 ponto de vista técnico e econômico atingir essa classe um, porque basicamente é a  
455 papeleira o problema da região. Da mesma forma que no rio Tainhas também tem muita  
456 cultura agropecuária, o pessoal faz sem preparo nenhum, então, seria apenas o manejo, o  
457 uso de boas práticas ali na região que tem plantação de batatas; o pessoal lava as batatas  
458 direto dentro do rio, o que causa muita turbidez, é muito sódio, tem muito coliforme que  
459 acaba saindo junto, porque o pessoal planta batatas e cria porcos tudo junto, sem nenhum  
460 cuidado. Então, apenas o manejo e as boas práticas sendo realizadas na região, já são o  
461 suficiente para atingir a classe um. **Mário Rangel:** eu fiquei com uma dúvida na questão do  
462 enquadramento da sub bacia do Marrecão. Sabemos que ele vem de uma classe três e  
463 passa pra classe um, pela diluição no rio **Carreiro**, e ocorre que toda a área da sub bacia  
464 ficou como classe um. Estão sugerindo falar com os empresários, tentar mobilizar eles para  
465 que num prazo de dez anos, que é a meta intermediária, chegar a classe um. Como é que  
466 vai se atender a questão da deposição desse próprio tratamento de esgoto, se hoje já não  
467 se consegue atender as estações de tratamento existentes e colocar a deposição final em  
468 classe um. Vejo que é bem difícil, não sei como foi a construção, é só uma dúvida que eu  
469 tenho de saber como vai se dar isso, como o comitê vai interagir com a prefeitura e os  
470 empresários e se é factível, se vocês acreditam que é factível esse enquadramento naquela  
471 sub bacia; haja vista que ele vem deteriorado naquela parte mais alta e chegando ali ele  
472 passa para classe um só pela diluição, na calha tudo bem, mas é uma ideia muito  
473 impactada. **Daniel Schmitz:** O Arroio Marrecão realmente nasce em Garibaldi, captam água  
474 das barragens, chega lá embaixo, em Santa Teresa e chega no trecho do rio das Antas  
475 bastante oxigenado, todas as cargas orgânicas que estavam paradas lá, tem uma alta  
476 depuração e chega num rio de classe um. Lá embaixo onde foi feito o monitoramento deu  
477 classe um e a resolução não nos permite alterar, porque um rio enquadrado como classe um



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

478 é rio de classe um. É a realidade que se tem, se justifica que abaixo de Garibaldi ela é  
479 quatro, cinco, sei lá o que, sim. Sabe-se que é, mas a bacia é classe um. Devia ter um  
480 monitoramento mais próximo de Garibaldi, próximo a um monte de cidades, uma rede de  
481 monitoramento muito grande. O que colocamos, é que depois do processo de discussão,  
482 quando a gente vai três vezes a Garibaldi pra sentar e o pessoal começou a se dar conta do  
483 que significa esse instrumento que estamos decidindo hoje aqui e publicando. Significa que  
484 eles começaram a entender e questionar porque não tiveram mais monitoramento, porque  
485 não analisaram um pouco mais profundamente, isso pode até ser economicamente, a gente  
486 já precisou disso aí, é poderia. Pode ser até economicamente? Sim, pode. A Corsan vai  
487 conseguir fazer? Não sei. Pode fazer? Pode. Vai fazer? Não sei. Que futuro vai ter isso?  
488 Essa construção futura terá articulação da sociedade, o comitê está aberto a isso, tem  
489 participação direta do município de Garibaldi, hoje com cadeira no comitê Taquari-Antas. É  
490 só um exemplo que a gente trouxe, do Marrecão que tem essa característica. Mas a  
491 construção foi dessa forma, não tem como não. O município de Garibaldi veio trazer na  
492 votação a justificativa e a plenária do comitê disse: não posso fazer nada. **Clau Goellner:** É  
493 uma característica dessa bacia a.....(inaudível) e capacidade de autodepuração, mas na  
494 modelagem não poderia ser fragmentado e considerado isso aí, um trecho aí próximo de  
495 Garibaldi e depois lá embaixo classe um. Mas nesse trecho próximo a sub bacia de  
496 Garibaldi poderia ter se tentado modelagens, somente nesse trecho considerando  
497 possibilidade de ser de três pra dois; lá embaixo vai ser sempre um, até que um dia se  
498 comprometa. **Daniel Schmitz:** a questão básica é a seguinte: se a Marrecão é uma das  
499 trinta e duas, quantos trechos desses seriam possíveis? Não há tempo nem dinheiro pra  
500 isso, não há viabilidade dele ser diferente. Foi um grande exercício dividir em trinta e duas  
501 sub bacias, dividir mais que isso? Há "n" problemas. Pega lá o Forqueta, o Fão que drena  
502 Soledade, que divide lá, que vem de Marau lá em cima, então há diversos pontos  
503 específicos, na escala que se trabalhou, é assim. **Chaiana:** A própria região de Caxias e  
504 Bento era bem crítica, a gente tinha necessidade de fazer mais divisões, mas em função do  
505 volume de trabalho que daria fazer toda simulação, toda essa modelagem em mais sub  
506 bacias ia dar muito trabalho e tempo também. **Presidente Thiago Krebs:** colocamos em  
507 aprovação o enquadramento das águas da bacia hidrográfica Taquari-Antas. Aprovado por  
508 todos. **Item 07 – Expediente Administrativo nº. 014048-0500/12-1 – Enquadramento das**  
509 **Águas Superficiais da Bacia Hidrográfica do Rio Passo Fundo – Claud Goellner:** esse  
510 processo demorou vinte e três meses e a Infra-geo foi a empresa que venceu a licitação. É  
511 uma bacia muito pequena em torno de quatro mil quilômetros quadrados, já apresenta pelo  
512 tamanho, alguns problemas técnicos de modelagem, mas foram bem resolvidos pelo  
513 pessoal da Fepam em conjunto com a Infra-geo. O trabalho envolveu trinta municípios, num  
514 processo que se iniciou em 2009, assim como no Alto Jacuí que eu não comentei, nós  
515 tivemos dois treinamentos sobre termo de referência para entender o início do processo e  
516 depois mais três treinamentos sobre enquadramento; tivemos dezesseis reuniões contando  
517 com a última de entrega do material, do encarte. Eu gostaria também de registrar o  
518 excelente trabalho desenvolvido pela Infra-geo e também o excelente trabalho e assessoria  
519 por parte do Rafael Caruso, Tiago Loch, que também participou lá no Passo Fundo, Alto  
520 Jacuí, bem como também o trabalho de excelente qualidade pelo pessoal da Fepam, o  
521 Diego Carrilo e a Silvia Pagel, que nos ajudaram muito nesse processo de definição do  
522 enquadramento e passo de imediato a palavra ao nosso coordenador geral da Infra-geo, o  
523 professor Antônio Thomé. **Professor Antônio Thomé:** boa tarde a todos, vou fazer uma  
524 rápida apresentação, não muito técnica. Esse contrato com a Sema iniciou em outubro de  
525 2010 era mais curto, a bacia era menor, era de trezentos e sessenta e cinco dias, tivemos  
526 quatro a cinco aditivos, porque foi muito difícil obter dados, principalmente na fase de  
527 diagnóstico e acabou ficando em vinte e três meses pra chegar a conclusão dos trabalhos.  
528 Esse trabalho foi feito pela Infra-geo, com o acompanhamento do Rafael, do Diego e da Ana  
529 (o Claud falou Silvia, mas foi a Ana) e dizer que a função de acompanhamento,  
530 principalmente no papel do pessoal da Fepam, foi um divisor de águas, principalmente pra



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

531 equipe, o que fez que melhorasse muito o produto final que acabou sendo entregue pela  
532 Infra-geo e aprovado pelo comitê. O contrato foi pra realização da etapa A, diagnóstico na  
533 bacia hidrográfica do rio Passo Fundo e etapa B, cenários futuros pra gestão. A bacia do  
534 Passo Fundo possui quatro mil e setecentos metros quadrados, trinta municípios, na  
535 verdade dois municípios são fora da bacia, tem dois por cento da área da bacia, que são:  
536 Sertão e Sarandi, mas o rio Passo Fundo que é o rio principal nasce no município de Passo  
537 Fundo e a bacia acaba no Uruguai. Nós dividimos a bacia em cinco unidades de gestão, a  
538 unidade de gestão Passo Fundo alto, até o início do lago da barragem de Passo Fundo;  
539 depois Passo Fundo médio que abrange toda a unidade de gestão que está dentro do lago,  
540 o lago tinha um estudo próprio; depois o Passo Fundo baixo, o rio Erechim, a unidade de  
541 gestão três Erechim e a Douradinho é uma sub bacia, que está dentro da bacia do Passo  
542 Fundo, mas não tem ligação com o rio Passo Fundo e acaba desaguando direto no rio  
543 Uruguai. Tivemos no dia vinte e quatro de setembro uma reunião no comitê, onde esteve  
544 presente o Rafael e o Paim, foi o marco inicial com o treinamento da equipe da Infra-geo, foi  
545 entregue o RT1, o RT2, esse último teve muita discussão, que é a etapa do diagnóstico, que  
546 foi apresentado várias vezes, porque muitas vezes dados que não tivemos acesso  
547 inicialmente, chegavam, principalmente depois da entrada da Fepam nas discussões, que  
548 ocorreu em dezembro de 2011 e foram entregando os trabalhos, chegando a última  
549 audiência pública no dia trinta e um de agosto de 2012. Tivemos reuniões nas cidades de  
550 Ronda Alta, Erechim e Passo Fundo, as três com mobilização social, onde as pessoas  
551 colocaram seus usos, que foram chamados de desejos e surgiu o mapa dos desejos. Esse  
552 aqui é o rio que o pessoal colocou com os mesmos desejos apresentados para o Alto Jacuí,  
553 que são: dessedentação de animais, irrigação, uma bacia onde predomina a agricultura e  
554 agropecuária, uma bacia que tem pouco uso industrial. Então verificamos que as pessoas,  
555 pelos seus desejos, já colocavam classes nos desejos, pela metodologia e as classes que  
556 acabaram predominando foi classe dois e classe um. Em alguns pontos as pessoas tinham  
557 desejo, até pela forma de entendimento, mas depois nas reuniões na sequência se corrigiu  
558 isso, mas esse era o formato do desejo das primeiras reuniões, o pessoal desejava classe  
559 três em alguns pontos de baixa densidade populacional. Depois passamos para a próxima  
560 fase que foi ver o rio que nós temos; aqui temos diversos pontos de monitoramento, doze  
561 deles feitos pela construtora a acabaram sendo utilizado depois na fase de modelagem,  
562 apesar de nós conseguirmos com a Tractebel, que é a que trabalha lá com a barragem do  
563 Passo Fundo a alguns pontos com a Corsan. Tínhamos dois pontos classe quatro, os  
564 parâmetros foram discutidos, geralmente fósforo era um parâmetro que levava a classe  
565 quatro; um ponto classe dois e os demais pontos classe um. Com isso na modelagem  
566 matemática, pra fazer a modelagem da situação atual nós precisamos ir pra próxima fase,  
567 que é a questão da definição da escolha da vazão de referência. Foram apresentadas  
568 modelagens matemáticas pra quatro vazões de referência e o comitê acabou escolhendo a  
569 Q90. Com a Q90 nós modelamos de acordo com a situação atual do rio, deu praticamente  
570 todo rio com classe um, com dois pontos que eram problemáticos que era quando  
571 passavam pelo município de Erechim, ficava classe dois e quando passava pelo município  
572 de Passo Fundo, ficava classe três. Foi pro pré-enquadramento e se definiu cenário  
573 intermediário dois pra região de Passo Fundo Alto e aqui saindo de Erechim, cenário futuro  
574 em 2030, vinte anos depois, classe um em toda bacia. Passamos pra simulação numérica,  
575 considerando onde estava classe um em 2030, considerando uma condição de cenário  
576 pessimista, nós não fizemos mais nada. Bom, se em 2030 mesmo com o aumento da  
577 população, aumentando a irrigação, tirando água, aumentando a carga orgânica da  
578 agropecuária, ainda vai continuar classe um, a construtora propôs ao comitê que ficasse  
579 classe um. Então dois pontos acabaram tendo que ser mais estudados, que era esse ponto  
580 que nasce no rio Erechim, o Lajeado Henrique e o rio Passo Fundo. O cenário intermediário  
581 que é a classe dois é atingido nos dois pontos e o cenário final não tinha como chegar na  
582 classe um, mesmo tratando cem por cento do esgoto de Passo Fundo, mesmo tratando cem  
583 por cento, porque o contrato da Corsan pra 2025 é tratar cem por cento do esgoto de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

584 Erechim, nós não tínhamos como mudar a classe a não ser que começássemos a mexer  
585 nos parâmetros técnicos da carga orgânica difusa e isso é muito difícil de mexer. Carga  
586 orgânica difusa a gente fica fazendo vários planos que são de difícil execução. Então não  
587 mexemos mais na difusa, fomos ao comitê com a proposta técnica de manter classe dois no  
588 início do Lajeado Henrique e classe dois no Passo Fundo. Então a proposta de  
589 enquadramento é: na nascente do Passo Fundo classe um, com pedido da comunidade que  
590 seja classe especial, porque isso está pra virar uma área de proteção. Depois classe dois  
591 até uma unidade de conservação, chamado Sagrisa, aonde é classe especial. O lago do  
592 Passo Fundo classe um até a foz lá no rio Uruguai. Lajeado Douradinho deu classe um em  
593 todas as simulações e no Erechim classe dois. Então são dois pontos que são classe dois e  
594 os demais rios da bacia está sendo proposto como enquadramento classe um. **Presidente**  
595 **Thiago Krebs:** colocamos em votação a proposta do enquadramento da bacia do rio Passo  
596 Fundo. Aprovado por todos. O ponto oitavo da pauta foi a inclusão do parecer jurídico que  
597 nós votamos no início da reunião e eu fazia a apresentação dele, na condição de presidente  
598 da Câmara Técnica Jurídica do conselho. Na verdade o que veio para a Câmara Jurídica foi  
599 uma indagação quanto a representatividade das funções de Presidente e Vice-Presidente  
600 dos comitês de bacia, ou seja, a dúvida ocorria no sentido de o Presidente, se por ventura  
601 perdesse a indicação da entidade da qual ele fazia parte, ele poderia permanecer nas  
602 funções, uma vez que ele estaria exercendo não a função de representante da sua entidade,  
603 mas representante do comitê como um todo, ou se, na verdade, ele como presidente ou  
604 vice, só teria poder de representatividade caso estivesse vinculado a uma instituição ou  
605 órgão. Na análise jurídica que nós fizemos, por ventura do sistema e da lei de recursos  
606 hídricos nacional e estadual, identificamos na lei federal 9.433 de 1997, as competências  
607 dos comitês que nos parece já estabelecer competências que vinculam a toda a atividade  
608 dos usos múltiplos da água. Também identificamos no artigo trinta e nove e artigo quarenta,  
609 a composição da representação dos comitês. Então a verdade é que a gente identifica que a  
610 representação pela lei federal ela sempre se coloca em entidades, em membros e nomes  
611 que por ventura fazem parte do comitê. No artigo quarenta da mesma lei identifica que  
612 esses comitês que são compostos pela representatividade de entidades membros serão  
613 divididas pelo presidente e secretário escolhido entres seus membros. É muito importante  
614 deixar marcado que o presidente vai ser eleito em um membro do comitê de bacia, porque  
615 posteriormente ao identificarmos o decreto que regulamenta a lei estadual nº10. 350, para  
616 os efeitos desse decreto, membro de um comitê de gerenciamento de bacia é a instituição  
617 ou o organismo que tem assento no mesmo e representante de um membro é a pessoa que  
618 por ele for credenciada. Então se nós identificarmos novamente e lei federal ela diz que o  
619 presidente e o secretário será eleito entre seus membros e aqui identificamos que membro  
620 de um comitê de bacia é na verdade a instituição ou órgão que faz parte dele. A instituição  
621 ou órgão tem na verdade uma pessoa que representa os interesses dessa instituição ou  
622 órgão. Então desta forma o parecer originário da CTIJ identifica que, uma vez que um  
623 presidente, secretário ou vice-presidente de um comitê de bacias perca a condição de  
624 representatividade dentro do seu órgão, ou seja, por qualquer razão, aí até a celeridade de  
625 trazer pra cá, porque muitas representações institucionais, poderia vir a ser substituídas pela  
626 modificação da eleição municipal. Há um entendimento que a representação do presidente  
627 do comitê de bacia é a representação do membro que foi eleito, ou seja, da instituição e não  
628 da pessoa. Então a pessoa que não esteja investida da representação de um membro do  
629 comitê não poderá exercer as funções de presidente, vice-presidente ou secretário do  
630 comitê de bacia. Esse parecer é de minha relatoria, foi pedido vistas desse parecer e a Dra.  
631 Fabiana fez arrazoado fazendo identificações do próprio espírito das leis do sistema de  
632 recursos hídricos e chegou a conclusão de acompanhar o relatório original. Então também o  
633 pedido de vistas chega ao mesmo entendimento, que a representatividade deve ser  
634 identificada ao membro, não a pessoa. As funções de presidente e vice devem ser exercidas  
635 pelo representante de um membro de comitê de bacia. Foi levado a aprovação da CTIJ que  
636 unanimemente aprovou esse entendimento do ponto de vista. Então a CTIJ recomenda ao



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

637 plenário a aprovação desse entendimento, levando ao plenário a indicação, se for o  
638 entendimento dos seus conselheiros, que isto venha a ser elaborada uma resolução pra que  
639 se formalize o entendimento, deste ponto, bem como se faça uma recomendação aos  
640 comitês de bacia, que por ventura na tenham previsão, no seu regimento interno, o caso da  
641 vacância em ocorrendo a retirada da representatividade do presidente e do vice. Essa é a  
642 apresentação da CTIJ. **Claud Goellner:** Está se falando da lei e a lei tem ser aplicada como  
643 tal, mas isso também abre uma possibilidade de manipulação, porque estando no cargo de  
644 presidente de um comitê, ele não deve exercer o papel de estar representando os interesses  
645 da instituição, porque é um cargo que tem o voto de minerva, que vai dirigir o senso comum  
646 do comitê. Isso eu deixei bem claro na instituição, o interesse da UPF, enquanto presidente  
647 eu não posso aceitar interferência da unidade gestora dentro do comitê, o comitê é  
648 soberano nisso, na autonomia, tem que blindar. Uma situação: sou representante de uma  
649 instituição e sou eleito como presidente, acontece com os municípios quando há eleição, no  
650 caso de alguém representando algum órgão municipal estar sendo presidente. Há uma  
651 eleição municipal e a nova gestão acha por bem simplesmente porque o cara não  
652 representa o interesse político, resolve trocar usando a lei. É justo? É, está na lei. Correto?  
653 Não entendo que seja. Isso está certo, é justo, mas muitas vezes poderá ocorrer esse tipo  
654 de problema, de manipulação dos comitês com instrumentos dos interesses da entidade em  
655 si e não do interesse dos usuários e da população. Então me parece que tem que pensar  
656 assim: como é que fica a situação de um presidente eleito, representando uma instituição e  
657 rompe o contrato profissional, por várias razões, ele perde o cargo automaticamente, pela lei  
658 é isso aí que se entendeu. Mas em pleno exercício? Por exemplo: as entidades pensarem  
659 assim, nosso funcionário não é mais eu vou botar o outro funcionário como presidente ou se  
660 abre um novo processo eleitoral? Isso me parece realmente mais complexo do que ético.  
661 **Presidente Thiago Krebs:** do ponto de vista da oportunidade de manipulação da  
662 representatividade, na verdade é o seguinte, todo o processo democrático de eleição e  
663 representação, ele tem suas regras e elas podem ser manipuladas. A representatividade da  
664 instituição membro ou de uma pessoa, ela pode ser manipulada. Uma pessoa pode  
665 simplesmente, por interesses particulares deixar de ter a representatividade que a instituição  
666 uma vez ofertou pra ela; daqui a pouco uma pessoa de uma ONG se demonstra com  
667 interesses financeiros particulares. A ONG, no caso dele ser presidente, não poderá nunca  
668 pegar e fazer essa colocação, retira ela e ela continua lá, não com os interesses da ONG,  
669 nem do comitê, mas única e particulares. Acho que a interpretação do espírito da lei é trazer  
670 que a representatividade seja o mais possível perto da amplitude democrática. Então é por  
671 isso que ela coloca, no caso do sistema de recursos hídricos, essa indicação as  
672 representações dos órgãos e não das pessoas. Uma outra questão é, como ficaria se a  
673 pessoa deixasse de ter esse representação no transcorrer do mandato, por isso a  
674 recomendação aos comitês de bacia, porque a lei ela não traz nenhum tipo de indicação  
675 nesse sentido. Quando a lei não traz, devem ser sanadas as suas lacunas através dos  
676 regimentos internos dos comitês. Então essa organização deve ser interna e discutida entre  
677 os seus membros. **Daniel Schmitz:** Eu acho que dessa forma como ela é, ela deveria  
678 preservar a plenária do comitê, a plenária do comitê ela elege pessoas que estão  
679 representando, no momento que uma instituição, não importa qual for, retira esta pessoa  
680 que está lá representando, por questões "n", pessoais, financeiras, políticas, não importa; ou  
681 seja, aquela pessoa não representa mais a instituição. A vacância desse cargo do  
682 presidente e vice pra mim deve voltar a avaliação da plenária, a plenária deverá confirmar  
683 se aquela outra pessoa segue na coisa, ou o processo eleitoral se reabre pra substituição  
684 tendo a vacância do presidente ou do vice-presidente. Eu entendo que se não fizer dessa  
685 forma, a escolha da plenária do comitê quando elege um presidente ou vice-presidente ela é  
686 atropelada por uma divisão de pessoas que estão totalmente extra ao processo, então se for  
687 sair daqui uma definição que tenha que ter essa proteção da discussão das plenárias dos  
688 comitês de bacia. **Thiago Krebs:** a vacância no caso da falta de representatividade, ela não  
689 é trazida por parte da lei, então ela deve ser, a meu ver, sanada através do regimento



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

690 interno dos comitês e aí me parece que sim, a plenária com seus representantes, com seus  
691 membros, pela sua maioria democrática terão aí a forma de condução desse processo e vão  
692 ter a sua representatividade. **Daniel Schmitz:** se sair uma posição do CRH, tem que fazer  
693 pelo menos uma indicação, ter um chamamento a isso. **Thiago Krebs:** a proposta à CTIJ é  
694 um instrumento que é a resolução pra fins de normatizar e outro que seria a recomendação,  
695 até porque não teria interferência, que recomendaria que os comitês de bacia se  
696 organizassem nos seus regimentos internos para os casos que a lei não prever. **Renato**  
697 **Zenker:** o Daniel matou a minha interferência quase que oitenta por cento, estávamos  
698 comentando e é a opinião de mais componentes de comitês. Uma vez acontecendo esse  
699 fato, deveria a plenária eleger um novo presidente ou vice, porque na verdade quem é eleito  
700 é a individualidade, ela está representando e ela foi eleita, não é eleito no caso a entidade, é  
701 a pessoa, mas ela representa a entidade. Quanto ao caso de manipulação, não vejo  
702 nenhum problema porque geralmente o presidente é representante da plenária, ele não  
703 pode ter opinião própria. Então não é esse o problema, porque é assim, uma vez eleito o  
704 sujeito está representando a empresa ou a instituição, mas quem foi eleito é o indivíduo, a  
705 confiança depositada pela plenária é no indivíduo; uma vez esse indivíduo ser retirado da  
706 missão que foi dada pela plenária, deve ser feita novamente a escolha pela plenária.  
707 **Presidente Thiago Krebs:** independente da subjetividade da escolha dos votantes, a lei  
708 federal deixa muito claro que o presidente, o secretário, ou vice, eles são eleitos entre os  
709 seus membros e o decreto regulamentador diz que membro é instituição, então quem é  
710 eleito é a instituição. **Renato Zenker:** o que eu quis dizer é o seguinte: a instituição foi eleita,  
711 tudo bem, mas a pessoa que foi depositário. **Thiago Krebs:** a motivação do votante  
712 subjetiva seja ela, eu quero votar porque ele é bonito, porque ele é competente, porque ele  
713 representa tal instituição, bom isso é subjetividade do voto. Agora o eleito é a instituição.  
714 **Renato Zenker:** mas uma vez ela retirando uma pessoa.....(inaudível). **Thiago Krebs:** em  
715 casos análogos o Superior Tribunal Federal decide em casos de trocas de partido, que o  
716 mandato parlamentar ele é do partido político e não da pessoa eleita. **Claud Goellner:** A  
717 interpretação dessa lei federal, como instrumento me parece assim como norma geral, é um  
718 instrumento de aplicação de uma norma geral que é aplicada a todas as situações. Eu  
719 reforço o que coloquei, o que o Daniel colocou e o Renato também, quer queira ou não,  
720 você muitas vezes vota numa instituição como presidente, pelo seu representante, é uma  
721 relação de confiança na capacidade de trabalho, enfim, num monte de coisas que definem  
722 porque aquele membro, que representa aquela instituição, foi escolhido como presidente,  
723 certamente se fosse outro, talvez a instituição não seria. E não tem como desvincular isso  
724 aí. Quanto a manipulação, se em determinada situação o presidente não está conduzindo o  
725 comitê da forma como a instituição que ele representa quer, se continuar assim, aplicando  
726 somente o entendimento da lei, é justo, mas nem tudo que é justo é correto, nem tudo que é  
727 correto é justo, a instituição pode manipular. Dá-se autonomia, como o Daniel colocou e é  
728 minha preocupação, a plenária que elegeu pensa assim: o cara não está conduzindo da  
729 forma que a instituição quer e o comitê não é a instituição, são as instituições que estão ali e  
730 que depositaram o voto de confiança na pessoa. Aí tira o cara, indica um outro e atropela o  
731 processo democrático. Então vamos botar alguém que vá conduzir do jeito que nós  
732 queremos, quer queira ou não, vai fazer a gestão que nós queremos no comitê, vai acelerar  
733 algumas coisas, vai atrasar outras coisas conforme interesse da instituição. Nós estamos  
734 sujeitando os comitês que são órgãos que devem ser imparciais, representar o interesse da  
735 maioria à manipulações subjetivas, que podem ocorrer e que de fato em alguns comitês já  
736 estão ocorrendo. Então se houver alguma normatização do CRH, que essa normatização  
737 aplique o critério da especificidade, dando pleno poder aos comitês para tomar decisão se  
738 vão fazer uma nova eleição, mas não esse negócio de aceitar automaticamente um outro  
739 representante como presidente. **Presidente Thiago Krebs:** o que identificamos é que uma  
740 pessoa que por ventura não tenha representatividade de nenhum membro do comitê, ou  
741 seja, o Thiago que não representa ninguém porque saiu da Sema, ou saiu de qualquer  
742 outra coisa, não poderá exercer as funções, entretanto, o que acontecerá uma vez que ele



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

743 não pode cumprir as funções? Como a lei não prevê, cabe a cada comitê de bacia, dentre  
744 todas as suas competências de plenas representações, escolher a forma com que vai se  
745 fazer essa vacância. Se a pessoa que está lá não pode cumprir as funções o que  
746 acontecerá? Mantém-se a instituição com a representatividade com outro nome? Faz-se  
747 uma nova eleição? Assume o vice imediatamente? Dependendo do prazo passou mais da  
748 metade do mandato, então bom, essa forma é de plena escolha dos comitês de bacia.  
749 **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** isso é uma coisa muito simples, não  
750 queremos distorcer, Prof. Claud, queremos é regrar. Isso partiu pra CTIJ a partir de uma  
751 consulta que recebemos de um comitê. O presidente é funcionário da prefeitura, cargo de  
752 confiança, no final do ano ele vai sair e me pergunta: se eu sair, a nova indicação da  
753 prefeitura vai ser o presidente do comitê? Eu disse que não. Pelo regimento interno, isso  
754 nós sabemos, é a entidade. Não existe representante sem representação. É uma coisa  
755 simples, a gente quer fazer cumprir a lei e usar o regimento dos comitês que prevê isso. Já  
756 aconteceu no Ibicuí, o Ivo se afastou, o vice assumiu e foi feita uma escolha, é uma coisa  
757 simples, mas precisa ter uma orientação. **Presidente Thiago Krebs:** a sugestão da CTIJ é  
758 que a regulamentação quanto à vacância seja feita pelos comitês. Existem comitês que já  
759 prevêem essa questão, simplesmente para os comitês que não prevêem. **Tânia Zoppas:** no  
760 meu caso, estou encaminhando minha aposentadoria dentro da Corsan e gostaria de  
761 terminar esse mandato de dois anos. Fiz uma consulta pra ABES, que é membro do comitê,  
762 se a ABES concordaria que eu representasse ela dentro do comitê Caí como membro e a  
763 ABES concordou. Como a gente ia encaminhar esse assunto: ia levar ao comitê esse meu  
764 afastamento em função de hoje eu ser representante da Corsan e continuar como  
765 presidente até o final do mandato, representando agora a ABES. Então a gente sujeitara à  
766 plenária a votação, se eles concordariam que eu permanecesse ou não. **Secretário**  
767 **Executivo Lourenço Corrêa:** se a Corsan decidir que tu permaneças como representante  
768 da Corsan, pode. **Presidente Thiago Krebs:** a priori uma vez que a representação ela é  
769 feita pelo membro, se por ventura tu sair da Corsan e tiver uma representação por parte da  
770 ABES e houver a previsibilidade no caso de vacância de nova eleição, tu terás a  
771 oportunidade de concorrer pela ABES e ser eleita pela ABES. Mas haverá uma vacância,  
772 porque a representante da Corsan não é mais. O regimento interno assim previa. Essa parte  
773 deve ser autônoma dos próprios comitês, eles devem se organizar nos próprios comitês e  
774 identificar como é a melhor forma. **Secretário Executivo Lourenço Corrêa:** alguém quer  
775 fazer mais alguma intervenção? **Presidente Thiago Krebs:** Então primeiro a sugestão da  
776 CTIJ que é da feição de uma resolução do CRH, identificando este caso de dúvida que foi  
777 quanto a representatividade das funções de presidente e vice-presidente de comitê de  
778 bacias. **Tânia Zoppas:** Está previsto que um membro pode reconduzido duas vezes, eleito e  
779 depois e depois mais uma, no caso dele trocar de entidade, ele pode ser, aí a entidade que  
780 é eleita. **Presidente Thiago Krebs:** devo confessar que não fiz essa análise jurídica. **Claud**  
781 **Goellner:** eu revisei a lei estadual e federal com cuidado e ela não prevê que o presidente  
782 não pode ser reconduzido mais de uma vez. A lei é clara. Sim ou não, não diz isso, não diz,  
783 vai lá e procura. Permitida a recondução, agora não diz uma vez nem duas. Se o comitê  
784 entender que pode haver mais de uma recondução pode modificar o seu regimento e propor  
785 ao CRH. **Presidente Thiago Krebs:** as questões de recondução elas por ventura fazem  
786 parte da análise do processo que foi retirado de pauta nesta reunião, na primeira parte. Aqui  
787 a análise e a recomendação ela é único e exclusiva quanto as funções de presidente e sua  
788 representatividade. Parece-me que se a gente entrar no debate proposto a gente estaria  
789 adentrando também na lógica dos processos que já foram tirados de pauta. **Claud Goellner:**  
790 a proposta de resolução que está colocando para votação agora é de uma resolução no  
791 sentido que reforça-se a lei...(inaudível). **Presidente Thiago Krebs:** simplesmente uma  
792 resolução que diga que um presidente de comitê de bacia não poderá exercer as funções  
793 sem representatividade. O plenário encaminha para o departamento jurídico fazer a minuta  
794 que é novamente trazida para avaliação dos conselheiros, por óbvio, não aprovariam nada  
795 no escuro, nem eu proporia isso. **Mário Rangel:** sou representante da Corsan, e também



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

796 sou geógrafo e tenho filiação na AGB. Se essa entidade está presente no comitê e eu sair  
797 da Corsan, como a eleição se dá da pessoa, que é representada por uma entidade dentro  
798 do comitê eu não sei se isso impede de ela continuar o seu mandato. Se a entidade que  
799 também está representada dentro do comitê e a representação se dá de forma pessoal.  
800 **Presidente Thiago Krebs:** A representação da presidência não é pessoal, é institucional,  
801 porque por força da lei federal o presidente é escolhido entre seus membros e por força do  
802 decreto regulador seus membros são instituições. Isso não poderia, uma nova eleição,  
803 assumir uma vice-presidência, a forma de organização como vai ser sanada a incapacidade  
804 de exercer as funções, os comitês que decidem. O simples fato do presidente pegar e ficar  
805 jogando constituições possíveis ou de se representar funções sem ter a representatividade  
806 de uma instituição, isso não pode. **Presidente Thiago Krebs:** os conselheiros que por  
807 ventura queiram encaminhar a proposta de resolução para a CTIJ que se manifestem.  
808 Aprovado. Segunda recomendação: seja feito em virtude de sair a resolução que identifica  
809 isso, um instrumento chamado recomendação do CRH aos comitês de bacia, que por  
810 ventura já não tenham a sua regulamentação no caso de vacância, pra que façam em seus  
811 regimentos internos, pois ali que será feita a regra pra alteração. Aprovado e encaminhe-se  
812 para a CTIJ para que esses dois instrumentos sejam feitos. **Assuntos Gerais - Daniel**  
813 **Schmitz:** gostaria de destacar o livro que o comitê Taquari-Antas buscou a viabilização da  
814 sua publicação, que a gente trouxe hoje a plenária do CRH, o livro é a história da Bacia  
815 Hidrográfica Taquari-Antas, com recursos provenientes do Fundo de Recursos Hídricos, que  
816 consegue viabilizar que o comitê funcione e ainda possibilitar a construção de um livro  
817 dessa qualidade. Junto com isso mais parceiros, apoiadores, que estão relacionados junto  
818 do livro, todos eles membros de comitê, que fizeram uma cotização para viabilizar e editar  
819 quatro mil exemplares de um livro totalmente colorido, de trezentas e cinquenta páginas,  
820 com distribuição gratuita nas escolas e instituições da bacia hidrográfica Taquari-Antas. Isso  
821 é um instrumento que a gente traz ao público, ao conhecimento do CRH, uma obra que  
822 depois de 1991, foi reeditada com um elemento muito importante para conhecimento do  
823 sistema de hídricos das nossas águas. Também colocar que os comitês, juntamente com a  
824 secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Obras, que estavam presentes no décimo  
825 quarto Encontro Nacional de Bacias Hidrográficas e já vinham construindo essa  
826 possibilidade de trazermos o décimo quinto encontro para o Rio Grande do Sul. Esse fato se  
827 deu com sucesso, esse evento vem para o nosso Estado e nós já estamos começando a  
828 trabalhar, entre os comitês e as Secretarias de Estado, nesta construção para outubro do  
829 ano que vem termos o Encontro Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica aqui no Rio  
830 Grande do Sul. O encontro deverá ser entre vinte e um e vinte e seis ou na semana  
831 seguinte. Os municípios e essas comissões estão começando a trabalhar proposições de  
832 local pra gente fazer isso. É um momento muito importante de engajamento não só para os  
833 comitês, como também das secretarias de governo, das entidades que participam do  
834 processo de construção da gestão de recursos hídricos, estarem mais próximo, discutir com  
835 o Brasil inteiro que forma que a gente faz, como os outros fazem e como nós podemos  
836 avançar nesse processo. Esse processo de 2013 aponta uma sinalização de muito trabalho  
837 pra gente, o próprio Plano Estadual de Recursos Hídricos vindo a discussão novamente pra  
838 sua conclusão, os planos de bacia então em pleno vapor, os planos de irrigação, o plano  
839 estadual de saneamento e essas proposições que nós tenhamos um encontro estadual de  
840 comitês de bacia, já no primeiro semestre, que vai culminar com um segundo, com o  
841 fechamento da construção, do diálogo da política de gestão de recursos hídricos em  
842 outubro, com os comitês de bacia hidrográfica, com o Governo do Estado para que a gente  
843 tenha um bem claro, qual o nosso ritmo, pra onde nós vamos e o que vamos almejar nos  
844 próximos anos. Então é um motivo de festejar, foi uma disputa bastante acirrada e nós  
845 temos a possibilidade de construir algo muito bonito para o Rio Grande do Sul e é uma  
846 oportunidade ímpar para nós gaúchos fazermos o nosso diálogo com os nossos recursos  
847 hídricos. Houve um encaminhamento sobre a revisão da composição do CRH, houveram  
848 duas reuniões que avançaram bastante com uma proposição, essa proposição está



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

849 formatada, agora falta colocarmos justificativas, sempre na busca do que a gente sempre  
850 falou e buscou que é a paridade entre representante da população, sociedade civil e  
851 Governo, como são todos os conselhos estaduais e municipais e o Rio Grande do Sul prega  
852 que seja assim e o CRH ainda não estava nessa posição . Então há uma sugestão que está  
853 sendo elaborada do qual devemos fazer a justificativa em tempo pra ser encaminhada ao  
854 secretário Helio Corbellini ou o Thiago Krebs, pra que sejam dados os encaminhamentos e  
855 entendimentos pra que seja dado sequência neste trabalho. A comissão teve duas reuniões  
856 e já concluiu suas indicações pra isso. **Rafael Erling**: o que tenho a colocar é mais a caráter  
857 de informação aos senhores conselheiros, estou representando todos os funcionários da  
858 SEMA, pra falar de três causas que os funcionários vem lutando atualmente. A primeira  
859 causa é a causa de todos os funcionários que trabalham no anexo dois do CAFF, no prédio  
860 Othelo Rosa, que são as condições do prédio, as condições de trabalho. Estávamos  
861 relembrando agora de uma reunião pública em Vacaria, em vinte e nove de março, naquela  
862 data o prédio estava interditado devido ao sinistro do incêndio e eu e o Thiago estávamos lá  
863 em Vacaria cumprindo nossas funções. Então desde março situação precária do prédio, a  
864 gente lutando pela troca da sede, é reconhecido pelos funcionários o esforço da gestão da  
865 SEMA, pelo secretário, pra que a gente possa ocupar o Edifício União. Mas enfim, os  
866 funcionários da Sema, Fepam e Fapergs pedem maior celeridade no processo, em função  
867 da gente poder cumprir as nossas obrigações com condições adequadas. Uma segunda  
868 causa é em função do aumento do salário vem sendo angariado pelo quadro dos técnicos  
869 científicos e pelo quadro geral do estado. Está sendo feita uma discussão bem intensa com  
870 o centro de Governo pra se chegar a uma proposta aceita por ambas as partes; então a  
871 gente também está participando dessa discussão. E uma terceira causa, que é exclusiva  
872 dos funcionários da Sema, que é angariar a gratificação por dedicação exclusiva, apenas no  
873 caráter de isonomia em relação as outras secretarias do Estado, a Secretaria de Obras é  
874 uma que conquistou essa gratificação recentemente. A gente sabe que os funcionários da  
875 área ambiental do Estado estão lutando por essa gratificação há bastante tempo também  
876 em função do reconhecimento pelo trabalho na causa ambiental. Foi só a caráter de trazer  
877 essa informação aos conselheiros, porque a gente se esforça e a informação não chega a  
878 todo mundo. **Presidente Thiago Krebs**: também a título de informação, não sei se chegou a  
879 todo mundo. O prédio novo, o Prédio União que já está locado e que tivemos uma série de  
880 dores de cabeça, por mais que consigamos que todos os processos passassem por  
881 emergencialidade, os setores de controle estatal não muitas vezes entendem essa  
882 emergencialidade e respondem no mesmo nível, mas nós conseguimos já a locação dele e  
883 o que faltava pra efetivar a mudança, que é a questão do cabeamento da rede, tanto de  
884 internet, quanto de pontos de luz, nós conseguimos, será feito e já está na verdade em fase  
885 de execução, trabalham desde segunda-feira e logo que alguns andares já estejam  
886 disponíveis, nós já vamos iniciar imediatamente o processo de mudança. **Rafael Erling**:  
887 agradeço a complementação de informação, mas é justamente de passar a informação para  
888 que mais gente saiba da nossa situação e da dificuldade da própria gestão da Sema em  
889 conseguir dar celeridade a esse processo de troca do próprio prédio, as condições do prédio  
890 atual realmente são precárias, a estrutura elétrica, a estrutura de elevadores e dá pra  
891 enumerar vários outros critérios. **Mário Rangel**: a CTPA reuniu-se na última quarta-feira, dia  
892 cinco, para estudar uma proposta de um novo convênio dos comitês, bem como a prestação  
893 de contas para os repasses das verbas de manutenção dos comitês. Infelizmente não  
894 tivemos quorum, discutimos, mas não conseguimos decidir nada. Por isso eu venho aqui  
895 novamente, na qualidade de presidente da CTPA, pedir para os membros dos comitês que  
896 fazem parte da CTPA, que olhem com carinho esse trabalho que é o de facilitar os repasses  
897 dos recursos e também a prestação de contas. Então a gente está trabalhando na questão  
898 do cronograma, da prestação de contas, do repasse, isso é muito importante, fazendo tipo  
899 uma receita de bolo pra que os comitês não tenham problemas depois na hora de receber  
900 os recursos, principalmente porque a gente sabe que muitos comitês têm que tirar do  
901 próprio bolso, para as pessoas poderem se deslocar, então facilitar esta informação. Ontem



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

902 tivemos uma reunião do comitê Gravataí, no assentamento Filhos de Sepé, foi muito  
903 produtiva e muito discutida pelo momento que se passa no comitê, inclusive na segunda-  
904 feira foi decretado pelo Governador do Estado, estado de emergência na bacia do Gravataí,  
905 que possibilita que a SEMA, Fepam e o Batalhão Ambiental consigam tomar providências,  
906 inclusive com o lacre de bombas, fechamento de comportas, pra tornar a qualidade da água  
907 do rio Gravataí em condições de ser distribuída posterior ao tratamento. Durante esta  
908 discussão, foram consideradas várias opiniões, mas a gente sabe que estão em tramitação  
909 no CRH e dentro do sistema duas propostas que são: os Planos de Manejo, tanto do  
910 Banhado Grande, quanto do refúgio da Vida Silvestre. Nós entendemos que esses dois  
911 planos vão também vir pra facilitar a questão da qualidade da água, melhorar a qualidade da  
912 água. Esse Plano de Manejo está a horas tramitando a na qualidade de representante do  
913 comitê Gravataí, gostaria de saber como está o andamento desses dois Planos de Manejo.  
914 **Presidente Thiago Krebs:** esses dois Planos de Manejo serão realizados com convênio  
915 através da Fundação Zoobotânica e hoje mesmo estivemos reunidos com a Diretora  
916 Presidente da FZB e fomos ver que um dos pontos de pauta eram exatamente eles. Eles  
917 estão com o jurídico elaborando a minuta. Uma vez a minuta pronta, passará pelo crivo da  
918 CAGE e depois a aprovação. Então acreditamos que no início de 2013 esses dois planos já  
919 estejam em execução. Nada mais havendo a tratar, a reunião deu-se por encerrada.